

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Primeira Relatoria

LINHAS DE DEFESA NA GESTÃO DE FROTAS E
TRANSPORTE ESCOLAR

JOSÉ DONIZETI DE FREITAS BORGES
Auditor de Controle Externo

I. LINHAS DE DEFESA NA GESTÃO DE FROTAS E TRANSPORTE ESCOLAR

Bem-vindos à nossa apresentação sobre as linhas de defesa na gestão de frotas de veículos, máquinas pesadas e transporte escolar. Vamos explorar como a Lei nº 14.133/2021 estabelece mecanismos de controle e gestão de riscos para garantir eficiência, transparência e conformidade legal nas operações de transporte público.

Ao longo desta apresentação, abordaremos desde os conceitos fundamentais das linhas de defesa até exemplos práticos de implementação, matrizes de risco e legislação aplicável, sempre com foco na otimização dos recursos públicos e na qualidade dos serviços prestados à população.

Elaborado por Jose Donizeti de Freitas Borges

2. ESTRUTURA DAS LINHAS DE DEFESA

2.1 Primeira Linha de Defesa

Composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades na estrutura de governança. São responsáveis pela execução direta das atividades e pelo controle inicial dos processos, garantindo conformidade com normas e regulamentos. Na gestão de frotas, atuam na verificação diária de veículos, preenchimento de checklists, controle de quilometragem e combustível, e manutenção de registros detalhados. A Lei nº 14.133/2021 estabelece a responsabilidade destes agentes em assegurar que todas as fases do processo de contratação e gestão ocorram conforme os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência.

2. ESTRUTURA DAS LINHAS DE DEFESA

2.2 Segunda Linha de Defesa

Formada por unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão. Oferecem suporte e orientação para a primeira linha, além de monitorar e avaliar os controles internos para assegurar conformidade e mitigação de riscos. Na prática, estes departamentos desenvolvem políticas, definem procedimentos padrão e realizam verificações periódicas dos processos de gestão da frota. Suas responsabilidades incluem a revisão de contratos de manutenção, análise de conformidade com normas de segurança do transporte escolar, e assessoria em questões relacionadas à gestão patrimonial dos veículos. O artigo 169 da Lei nº 14.133/2021 destaca a importância desta linha na prevenção de irregularidades e na promoção da transparência administrativa.

2. ESTRUTURA DAS LINHAS DE DEFESA

2.3. Terceira Linha de Defesa

Constituída pelo órgão central de controle interno da Administração e o Tribunal de Contas. Realizam auditorias independentes e avaliações externas para garantir a integridade e eficácia dos controles implementados pelas duas primeiras linhas. Estes órgãos têm autoridade para examinar registros, realizar inspeções físicas da frota, entrevistar gestores e operadores, e emitir determinações para correção de irregularidades. Atuam na verificação do cumprimento da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e das normativas específicas sobre transporte escolar, e outras normas que norteia a administração pública. São fundamentais para assegurar que os recursos públicos sejam aplicados com economicidade e efetividade, podendo aplicar sanções quando necessário.

3. GESTÃO DE FROTA: PLANEJAMENTO E DEFINIÇÃO DE CUSTOS

3.1 Levantamento de Recursos

Identificação do número e tipos de máquinas disponíveis (motoniveladoras, tratores, retroescavadeiras), estabelecendo um inventário completo da frota municipal.

- Documentação técnica de cada equipamento
- Histórico de aquisição e vida útil
- Estado de conservação atual Disponibilidade operacional.

3. GESTÃO DE FROTA: PLANEJAMENTO E DEFINIÇÃO DE CUSTOS

3.2. Priorização de Demandas

Planejamento do uso, priorizando necessidades do município como manutenção de estradas, apoio à agricultura familiar e construção de obras públicas.

- Análise de solicitações das secretarias
- Calendário sazonal de demandas
- Zoneamento geográfico do município
- Impacto socioeconômico de cada serviço

3. GESTÃO DE FROTA: PLANEJAMENTO E DEFINIÇÃO DE CUSTOS

3.3. Cálculo de Custos

Operacionais

- Combustíveis e lubrificantes para cada tipo de operação
- Manutenção preventiva e corretiva com cronograma detalhado
- Salários dos operadores e equipe de apoio técnico
- Depreciação das máquinas e planejamento de renovação
- Seguros e licenciamentos obrigatórios
- Custos indiretos administrativos

3. GESTÃO DE FROTA: PLANEJAMENTO E DEFINIÇÃO DE CUSTOS

3.4. Monitoramento e Controle

Implementação de sistemas de controle para garantir eficiência e transparência na utilização dos recursos.

- Rastreamento por GPS da frota
- Relatórios periódicos de produtividade
- Indicadores de desempenho (KPIs)
- Auditoria de uso e prestação de conta

Uma gestão eficiente da frota municipal resulta em economia significativa de recursos públicos e maior capacidade de atendimento às necessidades da população.

4. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E OPERACIONAL

4.1 Atividades da Primeira Linha

- Planejamento de cronogramas de manutenção preventiva para cada máquina.
- Inspeções diárias para verificação de problemas visíveis (óleo, água, fluidos).
- Registro detalhado de cada manutenção realizada Identificação de peças necessárias e planejamento de compras.
- Limpeza regular e cuidados básicos com os equipamentos.
- Treinamento contínuo dos operadores sobre cuidados diários.
- Responsáveis: Equipe de obras e mecânicos contratados.

A manutenção de primeira linha é fundamental para evitar problemas maiores e reduzir custos operacionais no longo prazo, além de aumentar a vida útil das máquinas municipais

4. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E OPERACIONAL

4.1. Verificação pela Segunda Linha

- Verificação do cumprimento do cronograma de manutenção.
- Auditoria periódica dos registros de manutenção e reparos.
- Revisão de contratos de manutenção e aquisição de peças Análise de custos e benefícios dos procedimentos adotados.
- Garantia de legalidade e transparência nos processos.
- Elaboração de relatórios para prestação de contas Responsáveis: Controle interno e assessoria jurídica.

A segunda linha de manutenção atua como um mecanismo de controle que assegura a correta aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das normas legais, contribuindo para a governança pública responsável

5. UTILIZAÇÃO EFICIENTE E MONITORAMENTO

5.1 Registro de Atividades

Documentação das horas de trabalho de cada máquina em relatórios ou sistemas informatizados, criando um histórico completo de utilização.

A implementação de sistemas digitais facilita o registro automático e minimiza erros humanos, permitindo análises comparativas entre diferentes períodos e projetos para otimização contínua.

5. UTILIZAÇÃO EFICIENTE E MONITORAMENTO

5.2. .Controle de Combustível

Monitoramento do consumo de combustível e comparação com os padrões esperados, identificando possíveis desvios ou ineficiências.

O uso de sensores eletrônicos e sistemas de telemetria permite o acompanhamento em tempo real, com alertas automáticos para consumos anormais que podem indicar problemas mecânicos ou uso inadequado.

5. UTILIZAÇÃO EFICIENTE E MONITORAMENTO

5.3. .Capacitação de Operadores

Garantia de que as máquinas sejam operadas apenas por motoristas ou operadores devidamente treinados e habilitados para cada tipo de equipamento.

Programas de certificação interna e reciclagem periódica asseguram que todos os operadores estejam atualizados sobre as melhores práticas de utilização e procedimentos de segurança específicos para cada máquina.

6. ANÁLISE DE DESEMPENHO

Acompanhamento do uso das máquinas para evitar desvios, abuso ou subutilização, maximizando a eficiência operacional.

Relatórios mensais e indicadores de desempenho (KPIs) permitem a comparação entre diferentes equipamentos, operadores e setores, facilitando a tomada de decisões estratégicas sobre substituição, realocação ou manutenção da frota.

A digitalização desses processos de monitoramento permite a criação de painéis de controle (dashboards) acessíveis aos gestores, facilitando a visibilidade total da operação e apoiando a prestação de contas à comunidade e aos órgãos fiscalizadores sobre o uso adequado dos recursos públicos

7. AVALIAÇÃO DE RISCOS E AUDITORIAS

Um processo sistemático para identificar, avaliar e mitigar possíveis problemas na gestão de frota municipal, garantindo conformidade com regulamentações e otimizando recursos públicos.

7.1. Identificação de Riscos

Mapeamento de possíveis problemas como atrasos na manutenção, má operação ou desgaste excessivo das máquinas. Inclui análise de histórico de falhas, condições operacionais e feedback dos operadores para criar um registro abrangente de vulnerabilidades potenciais

7.2. Análise de Impacto

Avaliação das consequências potenciais de cada risco identificado e sua probabilidade de ocorrência. Classificação dos riscos em categorias (alto, médio, baixo) considerando impactos financeiros, operacionais, de segurança e reputacionais para o município.

7. AVALIAÇÃO DE RISCOS E AUDITORIAS

Um processo sistemático para identificar, avaliar e mitigar possíveis problemas na gestão de frota municipal, garantindo conformidade com regulamentações e otimizando recursos públicos.

7.3. .Plano de Mitigação

Desenvolvimento de estratégias para reduzir ou eliminar os riscos identificados. Elaboração de procedimentos específicos, alocação de recursos e designação de responsabilidades claras para cada ação preventiva ou corretiva a ser implementada.

7.4.Implementação de Controles

Desenvolvimento de estratégias para reduzir ou eliminar os riscos identificados. Elaboração de procedimentos específicos, alocação de recursos e designação de responsabilidades claras para cada ação preventiva ou corretiva a ser implementada.

7. AVALIAÇÃO DE RISCOS E AUDITORIAS

Um processo sistemático para identificar, avaliar e mitigar possíveis problemas na gestão de frota municipal, garantindo conformidade com regulamentações e otimizando recursos públicos.

7.5. Monitoramento Contínuo

Acompanhamento regular dos indicadores de desempenho relacionados aos riscos identificados, permitindo ajustes nas estratégias de mitigação e identificação de novos riscos emergentes no processo de gestão da frota.

7.6. Auditorias Externas

Verificações independentes realizadas pelo Tribunal de Contas para garantir conformidade com processos e legislação. Inclui revisão da documentação, inspeções físicas da frota e entrevistas com gestores e operadores para validar a eficácia dos controles implementados.

7. AVALIAÇÃO DE RISCOS E AUDITORIAS

Este processo cíclico de avaliação de riscos deve ser revisado e atualizado anualmente ou sempre que houver mudanças significativas na composição da frota ou nos requisitos operacionais do município, garantindo que a gestão de riscos permaneça relevante e eficaz.

TRANSPORTE ESCOLAR

8. TRANSPORTE ESCOLAR: PLANEJAMENTO E DEFINIÇÃO DE ROTAS

O planejamento eficiente do transporte escolar é fundamental para garantir a segurança dos alunos e a otimização dos recursos públicos. Este processo envolve quatro etapas principais que devem ser executadas com precisão com os seguintes fase:

- Levantamento de Estudantes;
- Elaboração de rotas;
- definição de horários;
- Otimização Continua

A seguir a identificação das ações de cada fase:

8. TRANSPORTE ESCOLAR: PLANEJAMENTO E DEFINIÇÃO DE ROTAS

8.1. Levantamento de Estudantes

Identificação do número de alunos e suas localidades de residência, considerando características específicas como idade, necessidades especiais e distância até a escola

8.2. Elaboração de Rotas

Criação de trajetos eficientes e seguros, considerando a densidade populacional, condições das vias, pontos de parada estratégicos e tempo estimado de percurso

8. TRANSPORTE ESCOLAR: PLANEJAMENTO E DEFINIÇÃO DE ROTAS

8.3. Definição de Horários

Estabelecimento de frequência e cronogramas alinhados com os horários escolares, contemplando margem para imprevistos e coordenação entre diferentes instituições

8.4. Otimização Contínua

Ajustes baseados em feedback de pais, alunos e motoristas, análise de dados operacionais e adaptação às mudanças sazonais ou permanentes nas necessidades da comunidade

Um planejamento bem executado resulta em redução de custos operacionais, maior pontualidade, menor tempo de permanência dos alunos no transporte e melhor aproveitamento da frota disponível. A revisão periódica deste ciclo assegura a manutenção da qualidade do serviço oferecido à comunidade escolar.

9. DEFINIÇÃO DE VEÍCULOS E CONFORMIDADE LEGAL

9.1. Tipos de Veículos

Análise da demanda para definir o tipo e quantidade de veículos necessários:

- Ônibus escolares: Ideal para longas distâncias e grande número de alunos, comportando até 60 estudantes com conforto e segurança
- Micro-ônibus: Solução intermediária para 20-30 alunos, adequado para áreas urbanas com ruas mais estreitas e menor quantidade de estudantes
- Vans: Opção versátil para até 15 alunos, permitindo acesso a regiões com infraestrutura viária limitada
- Kombis: Alternativa econômica para pequenos grupos, utilizada principalmente em trajetos curtos e áreas rurais com poucos estudantes.

A seleção deve considerar fatores como condições das vias, distância a ser percorrida, número de alunos por região e faixa etária dos estudantes atendidos

9. DEFINIÇÃO DE VEÍCULOS E CONFORMIDADE

LEGAL

9.2. Exigências Legais

Garantia de conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro:

- Cintos de segurança: Obrigatório para todos os passageiros, com três pontos para o condutor e para crianças menores conforme Resolução CONTRAN 277
- Tacógrafos: Equipamento de controle de velocidade e tempo de uso do veículo, com registros mantidos por no mínimo 6 meses
- Dispositivos de acessibilidade: Elevadores, rampas ou plataformas para garantir o acesso de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida
- Motoristas com habilitação categoria "D": Mínimo de 21 anos, curso especializado para transporte escolar e aprovação em avaliação psicológica

Adicionalmente, os veículos devem apresentar:

- Faixas de identificação "ESCOLAR" nas laterais e parte traseira
- Inspeção semestral para verificação dos equipamentos de segurança
- Idade máxima do veículo conforme legislação municipal (geralmente 10-15 anos)
- Autorização específica emitida pelo órgão de trânsito estadual (DETRAN)

10. DEFINIÇÃO DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

O processo estruturado de determinação dos custos do transporte escolar é fundamental para garantir a eficiência dos recursos públicos e a qualidade do serviço oferecido aos estudantes.

10.1. Levantamento de Dados

Coleta de informações sobre rotas, veículos e alunos:

- Mapeamento preciso das rotas e distâncias percorridas
- Identificação do número de alunos por rota e por período
- Análise das condições das estradas e vias de acesso
- Estimativa do tempo de percurso para cada trajet

10. DEFINIÇÃO DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

10.2. Cálculo de Custos Fixos

Depreciação, seguros e salários

- Avaliação da vida útil dos veículos e taxa de depreciação anual
- Cálculo dos custos com seguros obrigatórios e complementares
- Determinação da folha salarial de motoristas e monitores
- Inclusão de despesas administrativas relacionadas à gestão da frota

10. DEFINIÇÃO DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

10.3. Cálculo de Custos

Variáveis

Combustível, manutenção e peças

- Estimativa do consumo de combustível baseado nas rotas e tipos de veículos
- Previsão de gastos com manutenção preventiva e corretiva
- Planejamento para substituição de peças e componentes
- Consideração de variações sazonais que afetam os custos operacionais

10. Definição de Custos do Transporte Escolar

10.4. Elaboração do Orçamento

Planejamento financeiro conforme FNDE

- Consolidação dos custos fixos e variáveis em um orçamento anual
- Alinhamento com as diretrizes e parâmetros do FNDE
- Identificação de possíveis fontes de recursos e complementações
- Desenvolvimento de estratégias para otimização de custos e melhoria contínua

II. MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DOS VEÍCULOS ESCOLARES

A manutenção adequada da frota é essencial para garantir a segurança dos estudantes e a durabilidade dos veículos, reduzindo custos operacionais a longo prazo.

11.1. Inspeções Preventivas

Realização de verificações regulares nos componentes críticos dos veículos, como freios, pneus, suspensão e sistemas de segurança, seguindo um cronograma rigoroso.

- Checklist diário pré-operacional realizado pelos motoristas
- Inspeções técnicas quinzenais pelos mecânicos
- Verificações semestrais completas por especialistas certificado

II. MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DOS VEÍCULOS ESCOLARES

A manutenção adequada da frota é essencial para garantir a segurança dos estudantes e a durabilidade dos veículos, reduzindo custos operacionais a longo prazo.

11.2. Registro de Manutenções

Documentação detalhada de todas as intervenções realizadas nos veículos, criando um histórico completo que facilita o planejamento futuro e serve como evidência em auditorias.

- Sistema informatizado para registro de manutenções
- Histórico completo de peças substituídas
- Documentação fotográfica de problemas identificados
- Relatórios mensais de status da frota

II. MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DOS VEÍCULOS ESCOLARES

11.3. Verificação de Conformidade

Acompanhamento pela segunda linha de defesa (controle interno) para garantir que todas as manutenções estão sendo realizadas conforme planejado e dentro dos padrões de qualidade exigidos.

- Auditorias surpresa das condições dos veículos
- Verificação da qualificação dos profissionais de manutenção
- Conformidade com normas técnicas e legislação aplicável

II. MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DOS VEÍCULOS ESCOLARES

11.4. Sistemas de Monitoramento em Tempo Real

Implementação de tecnologias que permitem o acompanhamento constante das condições dos veículos e identificação precoce de problemas potenciais.

- Telemetria para monitoramento de parâmetros do motor
- Sensores de desgaste em componentes críticos
- Alertas automáticos para manutenções programadas
- Rastreamento GPS para análise de condições de direção

12. AVALIAÇÃO DE RISCOS NO TRANSPORTE ESCOLAR

A gestão eficaz dos riscos no transporte escolar envolve análise sistemática e mitigação de fatores que possam comprometer a segurança dos estudantes. Uma abordagem estruturada permite identificar, avaliar e priorizar os elementos críticos do sistema

12.1. Segurança dos Estudantes

Prioridade máxima em todas as decisões, incluindo procedimentos de embarque/desembarque, uso obrigatório de cintos de segurança e protocolos de emergência claramente definidos

12.2. Confiabilidade dos Veículos

Manutenção preventiva e inspeções regulares, documentação completa do histórico de reparos, verificação diária dos sistemas críticos e substituição programada de componentes de segurança

12. AVALIAÇÃO DE RISCOS NO TRANSPORTE ESCOLAR

12.3. Adequação das Rotas

Planejamento de trajetos seguros e eficientes, evitando áreas de alto risco, minimizando travessias perigosas e considerando condições climáticas adversas e horários de pico

12.4. Capacitação dos Motoristas

Treinamento e verificação de habilitações, incluindo cursos de direção defensiva, primeiros socorros, gestão de comportamento dos estudantes e atualização periódica sobre legislação de trânsito

12. AVALIAÇÃO DE RISCOS NO TRANSPORTE ESCOLAR

A avaliação contínua destes quatro pilares fundamentais deve ser documentada através de auditorias regulares e processos de melhoria contínua. A comunicação transparente com pais, escolas e autoridades sobre as medidas de mitigação de riscos adotadas fortalece a confiança no sistema de transporte escolar.

Recomenda-se a revisão trimestral da matriz de riscos, incorporando feedback da comunidade escolar e atualizando procedimentos conforme necessário para garantir os mais altos padrões de segurança no transporte dos estudantes

I3. MATRIZ DE RISCO:

A criação de uma matriz de risco eficaz requer uma abordagem estruturada e colaborativa. Passos fundamentais para implementar na gestão municipal.

13. IMPLEMENTAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO: PASSO A PASSO

13.1. Formação da Equipe

Reunir servidores-chave como operadores, gestores de obras, controle interno e jurídico para uma abordagem multidisciplinar na identificação de riscos. Esta equipe deve incluir representantes de diferentes setores que interagem com a frota municipal, garantindo uma perspectiva abrangente e conhecimentos técnicos variados.

13. IMPLEMENTAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO: PASSO A PASSO

13.2. Mapeamento de Processos

Identificar as etapas-chave da gestão de frotas, como manutenção de máquinas, transporte escolar ou execução de contratos, criando uma visão completa do sistema. Documente cada processo em fluxogramas detalhados, identificando pontos críticos onde falhas podem ocorrer e estabelecendo indicadores de desempenho para monitoramento contínuo.

13. IMPLEMENTAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO: PASSO A PASSO

13.3. Identificação de Riscos

Questionar quais problemas podem ocorrer em cada etapa, qual seria o impacto e como poderiam ser evitados, documentando todas as possibilidades identificadas. Realize sessões de brainstorming com a equipe multidisciplinar, analisando históricos de problemas anteriores e considerando fatores externos como mudanças climáticas, legislativas ou orçamentárias que possam impactar as operações.

13. IMPLEMENTAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO: PASSO A PASSO

13.4. Avaliação e Classificação

Estimar a probabilidade e gravidade de cada risco, classificando-os em críticos, moderados ou baixos para facilitar a priorização das ações. Utilize métodos quantitativos sempre que possível, atribuindo valores numéricos para probabilidade (1-5) e impacto (1-5), multiplicando-os para obter o nível de risco. Estabeleça limites claros para cada categoria de risco conforme a realidade do município.

13. Implementação da Matriz de Risco: Passo a Passo

13.5. Desenvolvimento de Planos de Mitigação

Para cada risco identificado, especialmente os classificados como críticos e significativos, desenvolva estratégias específicas de resposta. Estabeleça medidas preventivas para reduzir a probabilidade de ocorrência e planos de contingência para minimizar impactos caso o risco se materialize. Defina responsáveis, prazos e recursos necessários para cada ação de mitigação.

Lembre-se que a matriz de risco não é um documento estático. Realize revisões periódicas, atualizando-a conforme novos riscos são identificados ou quando mudanças significativas ocorrem na operação da frota municipal.

Matriz para Gestão de Frota e Máquinas

A gestão eficiente da frota e máquinas é fundamental para garantir a continuidade das operações e a segurança dos colaboradores. A matriz abaixo identifica os principais riscos, sua probabilidade de ocorrência, gravidade e classificação correspondente.

Risco Identificado	Probabilidade	Gravidade	Classificação
Falha mecânica por falta de manutenção	Alta	Alta	Crítico
Consumo excessivo de combustível	Média	Média	Moderado
Falta de operadores capacitados	Baixa	Alta	Significativo
Acidentes durante operação	Média	Alta	Crítico
Roubo ou furto de equipamentos	Baixa	Alta	Significativo
Documentação irregular (licenças)	Média	Média	Moderado
Depreciação acelerada dos ativos	Alta	Média	Significativo

Esta matriz deve ser revisada periodicamente para garantir que as estratégias de mitigação estejam alinhadas com as mudanças nas condições operacionais e requisitos regulatórios.

Exemplo de Matriz de Risco: Gestão de Frota

A matriz de risco é uma ferramenta essencial para a gestão eficiente de frotas municipais, permitindo identificar, classificar e priorizar riscos potenciais. Através desta análise sistemática, é possível desenvolver estratégias preventivas e corretivas para minimizar impactos operacionais e financeiros.

Risco Identificado	Probabilidade	Gravidade	Classificação	Ações Mitigadoras
Falha mecânica por falta de manutenção	Alta	Alta	Crítico	Cronograma rigoroso de manutenção preventiva
Consumo excessivo de combustível	Média	Média	Moderado	Revisão de motores e calibragem regular
Falta de operadores capacitados	Baixa	Alta	Significativo	Capacitação contínua e reciclagem
Uso inadequado das máquinas	Média	Alta	Crítico	Treinamentos específicos sobre operação
Acidentes de trânsito	Média	Alta	Crítico	Programas de direção defensiva e monitoramento
Documentação irregular de veículos	Baixa	Média	Moderado	Sistema de alerta para renovação de documentos
Furto ou roubo de veículos	Baixa	Alta	Significativo	Instalação de rastreadores e sistemas de segurança

Matriz para Transporte Escolar

Falha em veículos

Probabilidade Alta, Impacto Alto,
Classificação Crítica.



Rota inadequada

Probabilidade Média, Impacto Alto,
Classificação Crítica.



Falta de acessibilidade

Probabilidade Baixa, Impacto Alto,
Classificação Significativa.

Atrasos frequentes

Probabilidade Média, Impacto Médio,
Classificação Moderada.

Legislação Aplicável

Principais normas que regulamentam o transporte escolar e estabelecem diretrizes para gestão eficiente e segura dos serviço

Constituição Federal de 1988

- Artigo 208: Garante o direito ao transporte escolar como dever do Estado
- Artigo 37: Estabelece os princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência)
- Artigo 30: Define competências municipais para organizar serviços públicos de interesse local
- Artigo 211: Estabelece o regime de colaboração entre entes federativos na educação

Lei nº 14.133/2021

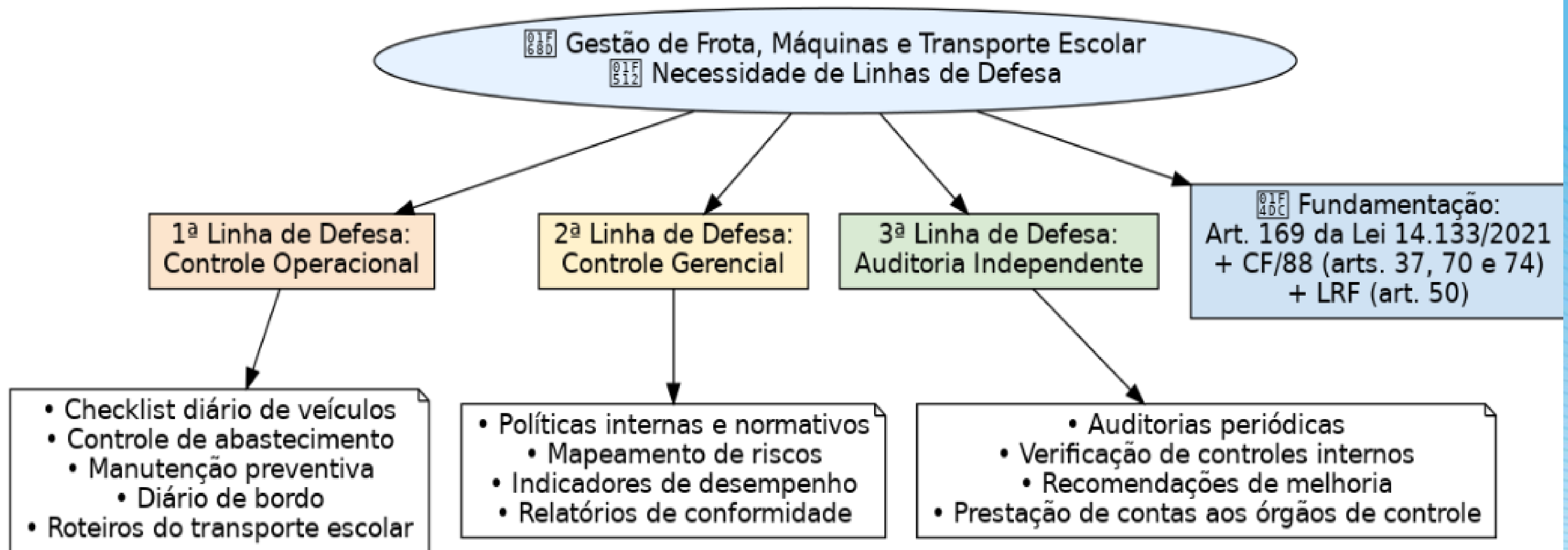
- Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos
- Estabelece diretrizes para gestão de riscos e controle interno Art. 169: Determina a implementação de práticas de gestão de riscos
- Art. 174: Institui o Portal Nacional de Contratações Públicas Exige planejamento prévio e estudo técnico preliminar

Código de Trânsito Brasileiro

- Define requisitos específicos para veículos de transporte escolar
- Exige habilitação específica para motoristas (categoria D)
- Art. 136: Estabelece equipamentos obrigatórios para veículos escolares
- Art. 138: Define requisitos para condutores de transporte escolar
- Determina inspeção semestral para verificação de equipamentos

Legislação Complementar

- Lei nº 10.880/2004: Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
- Lei nº 9.394/1996 (LDB): Estabelece obrigatoriedade do transporte escolar
- Resoluções do FNDE sobre gestão de veículos e recursos do programa
- Lei nº 12.587/2012: Política Nacional de Mobilidade Urbana



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Primeira Relatoria

OBRIGADO!

José Donizeti de Freitas Borges
Auditor de Controle Extern